

**Curso De Especialização da Fundação Perseu Abramo
Estado, Políticas Públicas E Gestão De Entidades Da Sociedade Civil.
Fundação Santo André**

Alto Índice de Violência Contra Meninas e Jovens nas Escolas Municipais de Alvorada.

Ator: Secretaria Municipal de Educação de Alvorada.

Porto Alegre, junho de 2016.
Turma 06 (GEPP – 66)
Autoras: Clara Denise Fernandes, Íris de Carvalho e Janete Marques.
Monitora: Táli Pires de Almeida

1. Indicação da situação – problema/ Introdução

A Secretaria Municipal de Educação de Alvorada detectou um problema que vem aumentando no município, principalmente na sua rede de ensino, o alto índice de violência contra meninas e jovens mulheres nas escolas.

A violência de gênero é aquela oriunda do preconceito e da desigualdade entre mulheres e homens. Identificamos como uma das causas da violência de gênero, o modelo cultural hegemônico baseado na virilidade masculina e na submissão feminina. A violência de gênero pode se manifestar por meio de ameaças, agressões físicas, constrangimentos, assédio sexual e ou moral e abusos sexuais.

A falta de uma prática educativa nas escolas para a promoção da igualdade vem contribuindo para que o espaço escolar seja mais um espaço de reprodução do machismo e da violência contra as meninas e as jovens mulheres, criando e mantendo um aprendizado sexista de virilidade masculina, reproduzindo papéis sociais distintos e estereotipados entre mulheres e homens. Ensinados para crianças, desde muito cedo, nos seus diferentes contextos de aprendizagens.

A vida cotidiana dessas meninas é travada por uma luta constante pela sobrevivência em meio às situações de pobreza, discriminações e desigualdade, a configuração do quadro de violência contra meninas e jovens nas escolas municipais se agrava, demonstrando a alta vulnerabilidade em que elas estão submetidas, tornando-as vítimas e reprodutoras da violência.

Outra causa comum, é o alto índice do abuso sexual e de agressão física, bem como da exploração sexual que as meninas sofrem, principalmente, no espaço doméstico. Muitas delas são vítimas de pornografia nas redes sociais e do turismo sexual. Meninas que levarão na memória, as marcas da violência sexual, dos assédios, da humilhação, da agressão psicológica, entre outras violências inimagináveis.

Podemos perceber que começa no ambiente escolar o uso indevido da exposição nas redes sociais e a difusão da imagem indevida em ambientes digitais, a replicabilidade das informações pessoais e a vitimização pelo *cyberbullyng* que acabam contribuindo para o aumentando do índice de violência contra as meninas e jovens mulheres.

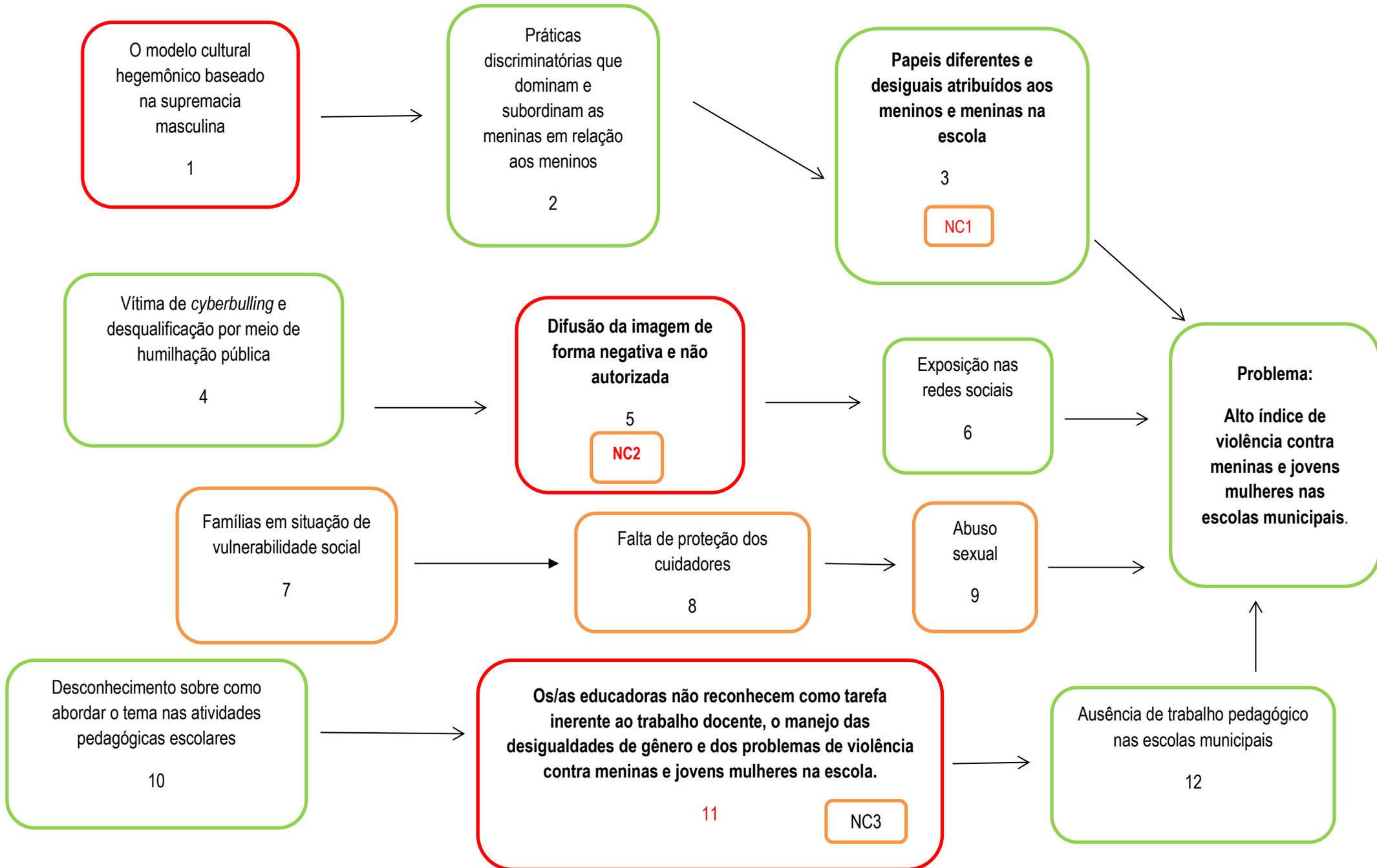
Desta forma, escolhemos este problema a fim de desenvolver um projeto em parceria com a rede municipal de educação. O principal intuito é a implementação de programas educacionais onde possamos desenvolver, nas escolas, uma educação não sexista que priorize a igualdade entre mulheres e homens, onde as meninas se potencializem enquanto sujeitos sociais e protagonistas de suas próprias vidas e sejam respeitadas.

Neste cenário, os e as educadoras cumprem um papel fundamental na garantia de direitos e na promoção do desenvolvimento integral de cada estudante, além de alertar e ajudar na prevenção da violência contra as meninas e jovens. A escola é um espaço privilegiado e estratégico para o debate de temas latentes da sociedade, bem como de formação de uma nova consciência coletiva, sensibilizada para a reflexão sobre posturas e comportamento diante do outro. Especialmente, na construção de um mundo de igualdade e livre do machismo.

“(…) ao desvalorizar, inferiorizar e patologizar as diferenças de gênero e de orientação, a sociedade, a família, as (os) profissionais e as instituições contribuem para (des) conhecer e reproduzir relações de desigualdades, repetindo os valores da velha sociedade machista, heterossexual, branca, burguesa e escravocrata, onde uns mandam e outros obedecem, onde uns são considerados pessoas e outros, coisas descartáveis”.

Consequências e efeitos:

- subordinação das meninas em relação aos meninos;
- reprodução do ciclo de violência;
- machismo impacta desenvolvimento social e cognitivo das jovens;
- assédio verbal no espaço público;
- baixa autoestima;
- baixo rendimento escolar;
- abandono de atividades coletivas por medo das violências sentidas;
- exposição e superexposição virtual;
- medo da reação da família;
- abandono da escola;
- medo de denunciar;
- tirar a própria vida.



2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos

NE1 - O modelo cultural hegemônico baseado na supremacia masculina.

O modelo cultural hegemônico baseado na supremacia masculina se estrutura nas diferenças construídas socialmente entre homens e mulheres. Ele também é chamado de patriarcado, modelo de supremacia masculina sobre as mulheres que se materializa por meio de costumes, tradições, normas familiares, hábitos sociais, ideias, preconceitos, símbolos, leis e também a educação. No modelo hegemônico masculino, tudo o que se refere à mulher caracteriza-se pela impotência, submissão e inferioridade. Na verdade estes contrastes sexistas, ao invés de igualar o poder masculino ao feminino, promovem o desrespeito às diferenças, promovem a desigualdade de gênero e imprimem a injustiça nas relações entre homens e mulheres.

Discordância nas ideias, injustiça na vida real. Infelizmente nossa sociedade ainda é fortemente conservadora, criando e reproduzindo o aprendizado sexista, com papéis sociais identificados com os sexos, que são ensinados para as crianças desde cedo. O patriarcado define quais são os papéis das mulheres, de modo que pareçam naturais e universais.

Antigos costumes familiares já se tornaram hábito e originam situações que se repetem por gerações. Menino anda com o pai, menina vive com a mãe. Menino é conquistador. Menina é chorona. Menino pega peso. Menina lava prato. Menino tem carrinho, menina ganha boneca, bota é para menino, menina usa sandália. Brinco e cabelo comprido são para elas. Eles usam cabelo curto e usam armas para brincar. Tudo gira em torno do poder que é atribuído ao homem, que vitimiza a ambos. Associado ao sistema capitalista, o patriarcado funciona como um sistema que reforça estruturas de desigualdade e de exploração do corpo e trabalho das mulheres.

NE2 – Práticas discriminatórias que dominam e subordinam as meninas em relação aos meninos.

As práticas discriminatórias que dominam e subordinam as meninas em relação aos meninos demonstram que ainda se perpetuam, em nossa sociedade, relações desiguais entre os gêneros. Estas relações desiguais podem ser estabelecidas em casa, no ambiente escolar etc. Muitas vezes, a construção das características femininas e masculinas contribui para a desigualdade e as relações de poder dos homens sobre as mulheres.

As práticas discriminatórias produzem também um processo destas relações que damos o nome de violência sexista. Ela está presente na vida das mulheres independente de idade, raça ou classe social e se manifesta de diferentes formas e lugares. Durante muito tempo, este foi um tema tratado como sendo do mundo privado, da família e das relações afetiva. Mas, a partir da luta das mulheres, este tema foi trazido para o espaço público e passou a ser olhado como um problema político e social que deve ser tratado pelas políticas públicas.

No ambiente escolar é comum a existência de conflitos e agressões físicas entre as crianças. Professores (as) percebem as relações e hierarquias de gênero entre meninos e meninas a partir de seus comportamentos na sala de aula, com as escolhas dos grupos formados exclusivamente por meninos ou somente por meninas, as chamadas “panelinhas”. Problemas como insultos e os “disse-que-disse” entre colegas, geram um clima de violência, especialmente as violências psicológicas, físicas e seus impactos em termos de atitudes.

A escola assumindo práticas discriminatórias como filas de meninos e meninas, jogos de futebol para meninos e corda para meninas, etc...Reproduz graves violações. E impossibilita que os alunos usufruam de uma educação não discriminatória e democrática. A participação da escola tem que fortalecer práticas que possibilitem outras reações entre os diferentes sujeitos. Fundada na igualdade, no respeito e no reconhecimento das potencialidades do outro. Para isso, devem ser pensadas ações e instrumentos que favoreçam a promoção da igualdade de direitos e que superem a disputa e a violência.

NE3 - Papeis diferentes e desiguais atribuídos aos meninos e meninas na escola (NC1).

Na escola, os papeis diferentes e desiguais atribuídos aos meninos e meninas em conjunto com as práticas dos (as) educadores (as) continuam reproduzindo uma educação sexista, como por exemplo: filas para meninos e fila para meninas, meninos jogam com o professor e associa-se a grupos de meninos, menina brinca com a professora e convive com meninas.

Os espaços escolares acabam impondo cores e comportamentos, é possível perceber isso através das portas dos banheiros, onde o azul representa o banheiro dos meninos e a cor rosa o das meninas. Além disto, a linguagem imposta na escola sempre apresenta ao sujeito masculino um conjunto de ações e empoderamento, o qual não se estabelece igualmente à linguagem feminina.

As formas de controle disciplinar de meninas e meninos estão intrinsecamente relacionadas ao controle do corpo, à demarcação das fronteiras entre feminino e masculino e ao reforço de características físicas e comportamentos tradicionalmente esperados para cada sexo nos pequenos gestos e nas práticas rotineiras da ação pedagógica.

As interações trazem consigo complexas relações de poder e evidentes tentativas de controle. Os (as) educadores (as) muitas vezes, orientam e reforçam diferentes habilidades nos meninos e nas meninas, de forma sutil, transmitindo expectativas quanto ao tipo de desempenho intelectual mais adequado para cada sexo e manipulando sanções e recompensas sempre que tais expectativas sejam ou não satisfeitas. É também considerado comum que meninas e meninos desenvolvam seus comportamentos e potencialidades no sentido de corresponder às expectativas quanto às características mais desejáveis para o masculino e para o feminino.

Normalmente as meninas são mais tranquilas que os meninos. As meninas falam muito e os meninos são mais agitados assim com o corpo. As classes com mais meninos são mais agitadas. As meninas é uma relação mais meiga, mais doce. E os meninos são mais ativos, gostam de correr, de pular, não param quietos no lugar.

As meninas são mais meigas, são mais dóceis, mais caprichosas, mais atenciosas. Os meninos gostam mais de brincar, são mais descuidados, mais agitados, tem uma diferença muito grande. Os meninos não têm muita paciência para se apegar nos detalhes das atividades, eles querem acabar logo para poder brincar, para ficar livre. As meninas já são mais cuidadosas, se preocupam com detalhes. Elas se preocupam com o que o professor vai achar do trabalho delas, os meninos não estão nem aí. Em cada destas percepções está carregada de subjetividade patriarcal e que denota uma papéis e espaços diferentes para meninos e meninas. Isto fortalece a reprodução da desigualdade e da violência contra as mulheres.

NE 4 - Vítimas de *cyberbullying* e desqualificação por meio de humilhação pública.

Atualmente, o ambiente escolar tem sido um dos principais espaços de promoção do *cyberbullying*. Este processo de desqualificação e humilhação pública por meio de agressão se passa pelos meios de comunicação virtual, como nas redes sociais, telefones e nas demais mídias virtuais.

Os ataques sofridos por uma vítima de *cyberbullying* são geralmente direcionados a características pessoais da vítima. A divulgação de imagens é a forma mais comum de violência e que afeta diretamente a autoestima da vítima. O abuso é constante e pode tomar grandes proporções, já que a dinâmica do mundo digital rápida e, na maioria das vezes, impossível de se controlar. Existem casos em que o *cyberbullying* causa na vítima uma forte reação psicológica que pode levar ao suicídio.

No Brasil, tem aumentado o número de casos de violência desse tipo, mesmo o acesso das redes no ambiente escolar sendo limitado e percebe-se que são as meninas e as jovens mulheres as mais atingidas pelo *cyberbullying* nas redes sociais. Segundo a psicoterapeuta Maria Tereza Maldonado, o *cyberbullying*

invade a intimidade dos (as) jovens. As postagens são feitas onde todos possam ver os xingamentos e não existe fim de semana ou férias “O espaço do medo é ilimitado”.

Uma pesquisa não governamental com 5 mil estudantes brasileiros (as) de 10 a 14 anos aponta que 17% dos (as) entrevistados (as) já foram vítimas de *cyberbullying* no mínimo uma vez. Por isso, é indispensável desenvolver um trabalho pedagógico nas escolas em torno do uso das redes sociais, articulado com educadores (as) e familiares para que possamos diminuir os índices de violência contra as meninas e jovens mulheres nas redes sociais.

NE 5 - Difusão de Imagem de forma negativa e não autorizada pelos alunos e alunas. (NC2)

Atualmente, não somente os alunos e alunas, mas todas as pessoas tem facilidade de acesso às redes sociais (internet), em todos os lugares e, principalmente, no ambiente escolar. As redes sociais são uma ferramenta de comunicação muito poderosa e, ao mesmo tempo, perigosa para os jovens. Isto porque é através da internet que eles se comunicam, trocam mensagens, jogam, postam fotos, conhecem pessoas e acabam expondo suas imagens nas redes. Essas imagens podem ser utilizadas por qualquer pessoa inconsequentemente e sem autorização.

No ambiente escolar, a maioria dos adolescentes tem celular com internet e tiram fotos dos colegas em situações, muitas vezes, inusitadas e às colocam nas redes. As imagens são postadas sem a autorização e de forma indevida, acarretando o *bullying* e o *cyberbullying*.

Há necessidade, em relação aos alunos (as), de responsabilizá-los por suas ações e, ao mesmo tempo, de criar no ambiente escolar, mecanismos que os responsabilizem em suas atitudes dentro e fora da escola. Alertá-los dos perigos que existem em praticar uma exposição indevida da sua imagem ou dos colegas. É fundamental demonstrar a importância de existir respeito entre eles e elas.

Em geral, os (as) educadores (as) não estão preparados para atuar em casos de exposição da imagem nas redes sociais dentro da sala de aula. Para enfrentar esta situação, é fundamental a realização de capacitação seja de ordem intelectual, psicológica, material e outras.

A legislação que regulamenta as redes sociais precisa de atualizações permanentes e os órgãos de segurança pública necessitam de meios para coibir, impedir e prevenir situações que possam traduzir ofensa a jovens e adolescentes. Tendo em vista que os equipamentos, os aplicativos, as ferramentas

cibernéticas são criados, modificados, atualizados em uma velocidade muito superior as possibilidades de controle e gerencia dos serviços públicos e dos voltados para a educação.

NE 6 - Exposição nas redes sociais.

Hoje vivemos em um mundo midiático e muitas vezes as pessoas não percebem a rapidez com que uma postagem pode ser compartilhada nas redes sociais. Observa-se que os jovens tem uma forte exposição nas várias ferramentas digitais, quase não possuem limites e criticidade nas suas postagens de imagens. Em muitos casos, disponibilizam uma grande quantidade de fotos sensualizadas sem ter a preocupação com sua privacidade. Em outros casos, disponibilizam as imagens dos colegas ou amigos em situações constrangedoras. Esse excesso de exposição, muitas vezes ingênua e despreziosa pode acarretar na prática do *cyberbullying* e contribuir para a violência contra as meninas e jovens mulheres dentro do ambiente escolar. As meninas são as principais vítimas do vazamento de imagens nas redes sociais. Em razão do machismo e da erotização da imagem das mulheres, muitas acabam sendo vítimas da violência digital. A pessoa que a recebe as imagens das meninas e jovens mulheres pode fazer o que quiser: encaminhar, copiar, postar *on-line* ou compartilhar com alguém. Esta viralização das imagens pode levar ao abandono escolar e a depressão.

Portanto, a necessidade de fortalecer o cuidado da exposição da imagem nas redes sociais deve ser trabalhada no ambiente escolar, juntamente com os educadores e a família, para que haja uma conscientização para a diminuição de todas as formas de violência.

NE 7- Famílias em situação de vulnerabilidade social.

Na última década, várias mudanças ocorreram no plano socioeconômico no Brasil. Algumas destas mudanças foram pautadas pelo processo de globalização da economia capitalista. A estrutura familiar foi quem mais sofreu alterações em seu padrão tradicional. Desta forma, atualmente não podemos falar de família, mas de famílias a fim de tentar contemplar a diversidade de relações que convivem em nossa sociedade.

Popularmente, a família sempre foi reconhecida a partir de indivíduos ligados pelos laços sanguíneos e que habitavam a mesma casa. Atualmente, ampliou-se esta concepção para compreender a família como um elemento inserido em um contexto sociocultural e motivado por uma construção social que de varia conforme o tempo, as emoções, as ações pessoais, familiares e culturais compondo um universo mais amplo e diversificado, o mundo familiar.

A pobreza não pode ser definida de uma única maneira, mas pode ser evidenciada quando parte da população não consegue gerar renda suficiente para acessar recursos básicos de sobrevivência e qualidade de vida, como por exemplo: água, saúde, educação, alimentação, cidadania e moradia. Desta forma, as famílias em situação de vulnerabilidade social estão excluídas de alguma forma de acessar os recursos básicos e são as principais vítimas da violência e da pobreza. Estas pessoas se encontram em risco pessoal e social e, invariavelmente, de políticas sociais básicas.

A situação da vulnerabilidade e injustiça social favorece o desequilíbrio das relações familiares e a desagregação familiar, fazendo com que crianças e jovens sejam os que mais sofrem com a falta de sustentação e manutenção estrutural. As consequências são: a precipitação dos filhos (as) para a rua, o abandono da escola, trabalho infantil, ficando o convívio familiar cada vez mais distante e frágil.

NE 8 - Falta de proteção dos cuidadores.

No último período, o Brasil investiu fortemente na mudança das condições de vida dos (as) brasileiros (as). Entretanto, um problema social ainda se mantém que é a falta de proteção dos (as) cuidadores (as) às crianças, adolescentes e jovens. Ainda persiste a necessidade de promoção e apoio às famílias vulneráveis através de políticas públicas bem articuladas e focalizadas. Fortalecer as redes de proteção e desenvolvimento humano são essenciais para otimizar a proteção integral às crianças e adolescentes. Especialmente, as meninas e as jovens mulheres que são maiores vítimas do abandono e descuido familiar.

O poder público tem o dever de realizar políticas públicas de caráter universal que assegurem a proteção social e reconheçam as famílias enquanto sujeito de direitos, capaz de potencializar as ações de cuidados e proteção às crianças, adolescentes e jovens. É fundamental romper a ideia de família ideal e ter a família real como alvo e compreender que a família pode ser fonte de afeto, mas também de conflito. Desta forma, é possível perceber suas vulnerabilidades e fragilidades, ampliando o foco e as possibilidades de políticas públicas efetivas.

Outro elemento é trabalhar na perspectiva da escuta da família, reconhecendo sua diversidade interna. Se um membro da família está precisando de ajuda, sua família estará também. Isto porque o poder público não pode substituir a família, mas pode e deve ajuda-la a superar suas vulnerabilidades.

NE 9 - Abuso Sexual.

O abuso é qualquer ato de natureza ou conotação sexual em que adultos submetem menores de idade a situações de estimulação ou satisfação sexual, imposto pela força física, pela ameaça ou pela sedução. O agressor costuma ser um membro da família ou conhecido. Em muitos casos, o abuso sexual

também pode estar vinculado ao incesto, ao estupro e a exploração sexual. Esta pressupõe uma relação de mercantilização, onde o sexo é fruto de uma troca, seja ela financeira, de favores ou presentes.

A exploração sexual pode se relacionar a redes criminosas mais complexas e podendo envolver um aliciador, que lucra intermediando a relação da criança ou do adolescente com o cliente. As meninas são as maiores vítimas deste crime e na maioria das vezes, ele é cometido por conhecidos e ou pessoas da família. Existe uma série de fatores que podem favorecer esse tipo de violência, além da condição de vulnerabilidade social, encontramos as questões de gênero, étnicas, culturais, a erotização do corpo da criança e do (a) adolescente pela mídia, consumo de drogas, desestruturação familiar e baixa escolaridade.

O abuso e a exploração sexual são crimes graves, que deixam marcas profundas nos corpos das vítimas, como lesões, contágio por doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. Mais do que isso, a violência sexual prejudica profundamente o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes, gerando problemas como estresse, depressão e baixa autoestima. É dever da família, do Estado e de toda a sociedade protegê-los.

NE10 - Desconhecimento sobre como abordar o tema nas atividades pedagógicas escolares.

A falta de conhecimento sobre a temática de gênero e violência contra a mulher na realização pedagógica das atividades escolares contribui para que o tema não seja abordado. Em muitas situações, os (as) educadores (as) sentem-se despreparados e acabam reproduzindo preconceitos, estereótipos e naturalizando a violência contra as meninas e jovens mulheres.

Os (as) educadores (as) mostram que sua formação acadêmica em relação ao tema foi precária ou inexistente. Em geral, não receberam aulas formais ou participaram de disciplinas específicas sobre a temática, e em poucos casos, o tratamento a respeito do debate de gênero foi momentâneo e pouco aprofundado. A formação de educadores (as) em assuntos que dizem respeito ao gênero é fundamental para o exercício da docência, mas percebe-se que essa formação é falha.

A pouca formação e o desconhecimento levam muitos educadores (as) a uma busca solitária por informações, podendo revelar que há poucas oportunidades de discutir as questões de gênero em cursos, oficinas ou formação continuada. Além disso, levam um modo improvisado, e embora bem intencionando, arriscado para promover a orientação e ou educação na perspectiva de gênero.

Outro aspecto, é que os (as) educadores (as) ao sentirem-se despreparados passam a ter convicção que para a tarefa de educação na perspectiva de gênero existem pessoas específicas e mais preparadas. Esta situação é muito problemática, pois gera uma prática pedagógica omissa e reprodutora de estereótipos. E, além disto, afasta da escola o seu papel político de instrumento da transformação social.

NE 11 - Os/as educadoras não reconhecem como tarefa inerente ao trabalho docente, o manejo das desigualdades de gênero e dos problemas de violência contra meninas e jovens mulheres na escola. (NC3).

A ausência de trabalho pedagógico nas escolas com capacidade de promover uma educação para a igualdade vem contribuindo para a reprodução de relações desiguais entre meninos e meninas. Invariavelmente, a reprodução de estereótipos e a pouca ou nenhuma abordagem sobre as temáticas relacionadas ao gênero e as desigualdades entre mulheres e homens no mundo do trabalho, bem como o não tratamento ao corpo e a sexualidade nas escolas tem pouco estimulado percepção e a sensibilidade necessária para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O insuficiente ou pouco conhecimento entre os educadores/as permite que, muitas vezes, o tratamento das temáticas de gênero, violência contra a mulher, dentre outros temas não sejam abordados nas atividades pedagógicas escolares. Desta maneira, identifica-se que a formação docente e continuada é fundamental para superar a dificuldade entre os/as educadores/as em reconhecer como tarefa inerente da escola o debate de temas latentes na sociedade. Entre eles: a promoção e inclusão dos temas de gênero, enfrentamento a violência contra a mulher e do machismo como modelo cultural hegemônico a ser superado.

Neste aspecto, se reconhece o papel estratégico e potencializador que a escola pode assumir a partir da problematização das temáticas presentes no cotidiano da sociedade. E, além disso, a importância da escola ser um ambiente de construção de valores que promovam a democracia, o respeito à diversidade e a igualdade de gênero a fim de promover uma nova consciência coletiva, sensibilizada para a reflexão sobre práticas e comportamentos diante do outro.

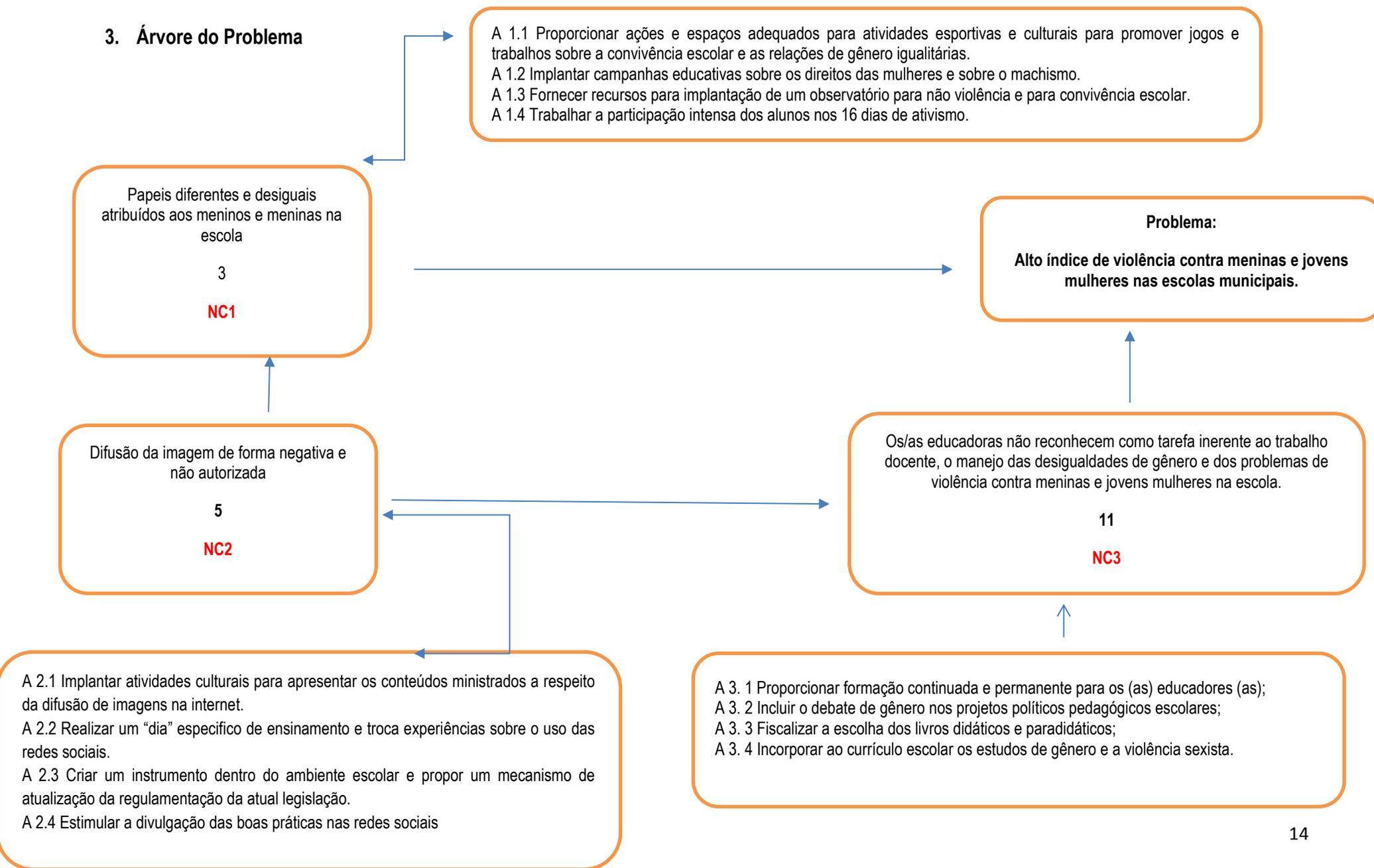
NE 12 - Ausência de trabalho pedagógico nas escolas municipais.

A ausência de uma proposta pedagógica nas escolas municipais tem contribuído para o alto índice de violência contra meninas e jovens mulheres nas escolas municipais. A falta de encontros pedagógicos coletivos e por áreas do conhecimento também favorece a prática dissociada em torno da temática de gênero, gerando um falso entendimento de quais são as áreas responsáveis pela formação crítica e autônoma dos alunos (as).

O fornecimento de uma base teórica para orientar a reflexão das práticas pedagógicas demonstra-se essencial, uma vez que a promoção do fim da violência e da igualdade de gênero fazem parte de uma concepção de sociedade alicerçada nos valores da autonomia e da liberdade. Além disso, a valorização da participação e da gestão democrática dentro da escola são fundamentais para envolver os (as) educadores (as), os (as) alunos (as) e a toda comunidade escolar. Desta forma, organizar uma proposta pedagógica que potencialize a formação continuada, a criação de materiais favoráveis ao debate de gênero nas escolas e a organização coletiva e comprometida são elementos centrais para organização do trabalho pedagógico transformador e potencializador da realidade que a escola está inserida.

Educadores (as) motivados e capacitados se tornam mais comprometidos para discutir as questões de gênero de maneira acessível e lúdica, promovendo espaços de aprendizagem e valores de respeito entre meninas e meninos.

3. Árvore do Problema



Ações dos Nós Críticos:

NC1 - Papéis diferentes e desiguais atribuídos aos meninos e meninas

A 1.1 Proporcionar ações e espaços adequados para atividades esportivas e culturais para promover jogos e trabalhos sobre a convivência escolar e as relações de gênero igualitárias.

A 1.2 Implantar campanhas educativas sobre os direitos das mulheres e sobre o machismo.

A 1.3 Fornecer recursos para implantação de um observatório para não violência e para convivência escolar.

A 1.4 Trabalhar a participação intensa dos alunos nos 16 dias de ativismo.

Painel 1 – Nó Crítico 1.

Nó Crítico	Ações	Resultados das Ações
<p>NC1</p> <p>Papeis diferentes e desiguais atribuídos aos meninos e meninas</p>	<p>A1.1 - Proporcionar ações e espaços adequados para atividade esportivas e culturais para promover o uso de jogos e trabalhos em grupos sobre a convivência escolar e as relações de gênero igualitários.</p> <p>A1.2 - Implantar campanhas educativas sobre os direitos das mulheres e sobre o machismo.</p> <p>A1.3 - Fornecer recursos para implantação de um observatório para não violência e para convivência escolar.</p> <p>A1.4 - Trabalhar a participação intensa dos alunos nos 16 dias de ativismo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização da infraestrutura das escolas existentes como salas, pátio, quadras poliesportivas. - Restauração e modernização da infraestrutura em 50% das escolas da rede municipal de ensino. - Criação de diferentes interações dentro da sala de aula e na escola como campanhas sobre o tema e problema. - Disponibilidade de 2 monitores (as) para atividades esportivas e culturais capacitados no tema a ser trabalhado. - Disponibilidade de recursos para aquisição de materiais didáticos. - Formação de 750 educadores (as) nas escolas. - O tema trabalhado de forma transversal com outras secretarias - Criação do observatório como um instrumento para identificação do problema da violência contra meninas e jovens mulheres. - Acesso de 70% das escolas ao observatório para não violência e para convivência escolar. - Participação de 100% dos alunos (as) nos 16 dias de ativismo.

Painel 2 - Plano de Ação

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A1.1	<ul style="list-style-type: none"> - Criar um grupo de trabalho para identificar a situação do local - Criar projeto de restauração do ambiente - Abrir Licitação - Editar ordem de serviço 	<ul style="list-style-type: none"> - organizacionais - educadores capacitados - financeiro 	06 meses	Secr. Planejamento e Secr. Obras Secr. Administração Secr. Educação
A1.2	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar palestras com pessoal capacitado no tema - Fazer reuniões com os responsáveis pelos alunos - Criar projetos de pesquisas no tema 	<ul style="list-style-type: none"> - palestrantes convidados/ativistas - organizacionais - educadores capacitados 	03 meses	Secretaria de Educação Coordenadoria da Mulher Conselho Escolar
A1.3	<ul style="list-style-type: none"> - Criar e encaminhar projeto - Realizar reuniões com técnicos e educadores responsáveis para controle e fiscalização do observatório - Capacitar educadores e funcionários de escola no tema 	<ul style="list-style-type: none"> - financeiro - políticos - organizacionais - cognitivo - educadores capacitados 	06 meses	Câmara de Vereadores Procuradoria Secretaria de educação Conselho Escolar
A1.4	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar palestras com pessoal capacitado no tema dos 16 dias de ativismo - criar peças de teatros em relação ao tema 	<ul style="list-style-type: none"> - organizacionais - educadores capacitados - palestrantes convidados/ativistas 	01mes	Secr. de Cultura e Esportes Secr. Educação Coordenadoria da Mulher Conselho Escolar

	- solicitar pesquisas sobre o tema - apresentação de trabalhos sobre os temas do calendário dos 16 dias de ativismo			
--	--	--	--	--

Painel 3 - Análise de Atores

Ação 1.1 Proporcionar ações e espaços adequados para atividades esportivas e culturais para promover o uso de jogos e trabalhos em grupos sobre a convivência escolar e as relações de gênero igualitárias.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES E VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Secr. Educação	Político Organizacionais Gerenciar e coordenar processos de trabalho	Identificar os espaços existentes nas escolas Contar com as demais secretarias para ações integradas	Apresentar espaços em condições	Não ter espaços suficientes para realizações das ações	Coordenando as ações com os demais atores
Secr. Planejamento	Cognitivo e Pessoal capacitado	Formalização do plano de trabalho	Liberar técnicos	Atrasando pareceres e proposta de projetos	Convencimento da importância do projeto para diminuição do alto índice de violência na escola
Secr. Obras	Político Pessoal capacitado	Espaços em má condições	Reformar e construir novas opções	Atraso na obra	Convencimento da importância do projeto para diminuição do alto índice de violência na escola

Ação 1.2 Implantar campanhas educativas sobre os direitos das mulheres e sobre o machismo.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES E VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Secretaria de Educação	Gerenciar e coordenar processos de trabalho Político Organizacionais Pessoal capacitado	Coordenar campanhas educativas Meios para divulgar o trabalho realizado	Orientando as ações propostas nas escolas Visitas aos meios de comunicação para divulgação.	Não orientando, não apostando e nem divulgando as campanhas realizadas.	Apresentar para equipe algumas estatísticas positivas das campanhas realizadas em outros municípios.
Coordenadoria da Mulher	Político Organizacionais Pessoal capacitado	Disponibilidade tempo e de equipe	Disponibilizar técnicas para ir dar palestras nas escolas.	Não ter equipe suficiente para ir às escolas.	Convencimento da importância da campanha para diminuição do alto índice de violência na escola.
Conselho Escolar	Capacidade de mobilização	Diálogo com a comunidade escolar (pais professores servidores e alunos)	Participação da comunidade escolar (pais professores servidores e alunos).	Não adesão à campanha.	Convencimento da importância da campanha para diminuição do alto índice de violência na escola.

Ação 1.3 Fornecer recursos para implantação de um observatório para não violência e para convivência escolar.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES E VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Secr. Educação	Gerenciar e coordenar processos de trabalho. Político Organizacionais Pessoal capacitado	Falta de recursos próprios Falta de educadores da escola capacitados no tema. Ter um instrumento que identifique as causas do alto índice de violência na escola	Buscar recursos com Gov. Est e Fed. Capacitação para professores e funcionários Fazer articulação e diálogo com Vereadores.	Falta de articulação política Não implantação do Observatório	Estar convencido da importância deste instrumento como diminuição da violência na escola
Procuradoria	Analisar a legalidade do Observatório. Pessoal capacitado	Disponibilidade tempo e equipe capacitada no tema	Analisando o projeto com rapidez	Demora para parecer jurídico	Convence-lo da importância do Projeto como identificação do motivo do alto índice de violência.
Gabinete do Prefeito	Articulação Visibilidade do Governo Político	Divulgação de boas práticas e execução de bons projetos pelo atual governo	Apoio na implantação de novo instrumento de identificação a violência nas escolas.	Não liberação para Implantação do Observatório.	Convencimento da importância do projeto para diminuição do alto índice de violência na escolas e como política pública implantada pelo atual governo.
Câmara de Vereadores	Político e Capacidade de mobilização popular	Demora na apreciação do projeto nas comissões e encaminhamento para votação	Vereadores da posição na articulação com os demais sobre a importância do Projeto	Não aprovação do projeto pelo Plenário	Convence-los da importância do projeto e apresentar estatísticas positivas feitas em outras cidades onde foi implantado o Observatório.
Conselho Escolar	Capacidade de articulação e mobilização	Diálogo com a comunidade escolar da importância do Observatório	Participação da comunidade escolar (pais professores servidores e alunos)	Não apoio ao projeto	Convencimento da importância do projeto para diminuição do alto índice de violência na escola

Ação 1.4 Trabalhar a participação intensa dos alunos nos 16 dias de ativismo.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES E VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Secr. Educação	Gerenciar e coordenar processos de trabalho Organizacionais Pessoal capacitado	Ter equipe e projetos para propor e organizar as atividades nos 16 dias de Ativismo	Participação intensiva de alunos (as), professores (as) e funcionários (as) de escola.	Não convencimento da importância da adesão da comunidade escolar	Convencida que é por boas práticas que se trabalha o fim da violência sexista.
Secr. Cultura e Esporte	Político Organizacionais Pessoal capacitado	Não ter projetos e ações na área cultural sobre os 16 dias de Ativismo	Disponibilizar oficinas (as) para ir às atividades das escolas.	Não ter oficinas (as) suficientes para ir às escolas	Convencimento da importância das ações culturais para diminuição do problema.
Coordenadoria da Mulher	Político Organizacionais Pessoal capacitado	Não ter o poder de convencimento da importância da igualdade e no respeito das potencialidades do outro.	Disponibilizar técnicas para ir às atividades das escolas	Não disponibilizar técnicas suficientes para ir às escolas	Convencimento do esclarecimento da política de igualdade nas escolas.
Conselho Escolar	Capacidade de mobilização	Diálogo com a comunidade escolar (pais professores (as), funcionários (as) e aluno (as)).	Participação da comunidade escolar (pais professores servidores e alunos)	Não participação da campanha	Convencimento da importância das ações para diminuição do alto índice de violência na escola.

Ações dos Nós Críticos:

NC2: Difusão da Imagem de forma negativa e não autorizada pelos alunos e alunas.

A 2.1 Implantar atividades culturais para apresentar os conteúdos ministrados a respeito da difusão de imagens na internet.

A 2.2 Realizar um dia específico de ensinamentos e trocas de experiências sobre o uso das redes sociais.

A 2.3 Criar um instrumento dentro do ambiente escolar e propor um mecanismo de atualização da regulamentação da atual legislação.

A 2.4 Estimular a divulgação das boas práticas nas redes sociais.

Painel 1 – Análise do Problema - NC2

NÓ CRÍTICO	AÇÕES	RESULTADO DAS AÇÕES
<p>NC2 - Difusão da Imagem de forma negativa e não autorizada pelos alunos (as).</p>	<p>A1. – Implantar atividades culturais para apresentar os conteúdos ministrados a respeito da difusão de imagens na internet.</p> <p>A2. - Realizar um dia específico de ensinamentos e trocas de experiências sobre o uso das redes sociais.</p> <p>A3. - Criar mecanismo de atualização da regulamentação da legislação dentro do ambiente escolar.</p> <p>A4. - Estimular divulgação das boas práticas nas redes sociais.</p>	<p>Conscientização de 100% dos alunos (as) acerca dos perigos da exposição da imagem nas redes sociais.</p> <p>Informar 100% dos alunos (as) sobre o uso responsável da imagem para combater o <i>Bullying</i> e <i>cyberbullying</i> nas redes sociais e no ambiente escolar.</p> <p>Envolver os alunos (as), educadores (as) e comunidade escolar no recolhimento de assinaturas para a emenda popular de regulamentação da lei do uso das mídias.</p> <p>Criação de um instrumento para contribuir com a não violência sexista.</p> <p>Obter 70% de participação dos familiares no dia específico de ensinamentos e trocas de experiências sobre o uso das redes sociais.</p> <p>Acompanhamento para os familiares da atuação escolar, das atividades propostas em relação à violência e a discriminação no ambiente escolar.</p>

Painel 2 – Plano de Ação

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A.2.1	<ul style="list-style-type: none"> -Criação de um grupo de teatro; -Montagem da peça referente ao tema; -Local para ensaios; -Materiais; -Vestimentas. 	<ul style="list-style-type: none"> Organizacionais; Pessoal Técnicos; Financeiro; Espaço físico. 	3 meses	<ul style="list-style-type: none"> Sec. Educação Sec. Cultura Conselho Escolar
A.2. 2	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar roda de conversa; -Capacitar educadores; -Promover <i>Happy Hour</i>; -Vídeos; -Textos -Cartazes; Gibis; 	<ul style="list-style-type: none"> Organizacionais; Pessoal Técnico; Financeiro; Espaço físico; Sala de aula; 	2 meses	<ul style="list-style-type: none"> Sec. Educação Sec. Comunicação Conselho Escolar
A.2.3	<ul style="list-style-type: none"> -Criar um observatório para atualização da regulamentação; - Encaminhar proposta popular de emenda para regulamentação da Lei; 	<ul style="list-style-type: none"> Organizacionais; Político; Pessoal Técnico. Advogado; Financeiro; 	6 meses	<ul style="list-style-type: none"> Sec. Educação Procuradoria Gabinete do Prefeito Câmara de Vereadores

A.2.4	-Criar um grupo de trabalho; -Criar uma página da escola no face; -Divulgar os trabalhos realizados nos 16 dias de ativismo;	Organizacionais; Pessoal Técnico; Espaço físico; Computador; Internet;	2 meses	Sec. Educação Sec. Comunicação Conselho Escolar
-------	--	--	---------	---

Painel 3- Análise de Atores

A 1.1- Implantar atividades culturais para apresentar os conteúdos ministrados a respeito da difusão da imagem na Internet.

Ator	Recurso que controla	Limitações Vulnerabilidade	Como pode contribuir?	Como pode Prejudicar?	Como atuar em relação a esse Ator?
Sec. Educação	Organizacional Político Gerenciar e coordenar	Disponibilização do espaço físico Contar com a parceria dos outros atores envolvidos	Disponibilizar espaços como sala de aula.	Não tendo espaço físico para as atividades culturais	Articulação política e coordenando as ações
Sec. Cultura	Organizacional Político Pessoal capacitado	Não ter ações na área cultural para trabalhar rede	Liberação de oficinairos e técnicos em informática	Falta de Pessoal para participar das ações nas escolas	Convencer da importância do trabalho em redes para diminuição do problema apresentado

Conselho Escolar	Capacidade de mobilização e apoio	Diálogo com a comunidade escolar	Participando das atividades culturais a respeito da difusão da imagem	Não participando	Convencimento da importância das atividades para o bom uso da difusão da imagem
------------------	-----------------------------------	----------------------------------	---	------------------	---

Ação 1.2 – Realizar um “dia” específico de ensinamento e troca de experiência sobre o uso das redes sociais.

Ator	Recursos que Controla	Limitações Vulnerabilidade	Como pode Contribuir?	Como pode Prejudicar?	Como atuar em relação a esse Ator?
Sec. Educação	Organizacional Político Gerenciar e coordenar	Falta de Profissionais nesta área de informática Disponibilidade da Rede Sociais na escola	Possibilitar a articulação e apoio entre secretarias Participação da comunidade escolar	Falta de articulação política e apoio nas atividades Não disponibilização dos educadores e não ter equipamentos para as atividades	Convencida que por meio das atividades e ensinamentos sobre as redes sociais, vai diminuir a violência nas escolas
Sec. Comunicação	Organizacional Político	Falta de Profissionais e recursos Financeiros	Gerenciar o planejamento das atividades e liberar técnicos para as escolas	Não liberação de técnicos Não liberação Financeira	Contar com o apoio desta Secretaria na campanha da diminuição do alto índice de violência nas escolas
Conselho	Capacidade	Diálogo com a	Participar ativamente do	Não participando	Incentiva a participação de todos no dia de

escolar	de mobilização	comunidade escolar	dia de ensinamento do uso das redes sociais		ensinamentos e troca de experiências nas redes sociais
---------	----------------	--------------------	---	--	--

Ação 1.3 – Criar um instrumento dentro do ambiente escolar e propor um mecanismo de atualização da regulamentação da atual legislação;

Ator	Recursos que controla	Limitações Vulnerabilidade	Como pode contribuir?	Como pode Prejudicar?	Como atuar em relação a esse Ator?
Sec. Educação	Organizacional Político Gerenciar e coordenar	Debate com a comunidade escolar Falta de recurso Próprio Ter um instrumento que identifique as causas do alto índice de violência na escola	Formação de uma Comissão com todos os envolvidos Fazer articulação e diálogo com Vereadores.	Falta de organização política e recurso financeiro Não apoio a criação de um instrumento	Reunião para convencimento para implantação de um instrumento e mecanismos que atualizem a legislação existente sobre o uso correto da imagem nas redes sociais
Procuradoria	Analisar a legalidade do instrumento sugerido e Pessoal capacitado	Disponibilidade tempo e equipe capacitada no tema de redes sociais e internet	Analisando o projeto com rapidez e verificando sua constitucionalidade	Demora para parecer jurídico	Convence-lo da importância do Projeto como identificação da participação das redes sociais como um dos motivos do alto índice de violência.
Câmara de	Político e	Demora na	Vereadores da	Não aprovação do	Convence-los da importância do projeto

vereadores	Capacidade de mobilização popular	apreciação do projeto nas comissões e encaminhamento para votação	posição na articulação com os demais sobre a importância do Projeto	projeto pelo Plenário	e apresentar estatísticas positivas feitas em outras cidades onde foi implantado o mecanismo.
Sec. Comunicação	Organizacional Político	Dificuldade em implantar o instrumento observatório	Implantação do instrumento como observatório	Não ser liberado a implantação	Reunião para convencimento da Secretaria

Ação 1.4 – Estimular a divulgação das boas práticas nas redes sociais.

Ator	Recursos que controla	Limitações Vulnerabilidade	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a esse Ator?
Sec. Educação	Organizacional Político Gerenciar e coordenar	Liberação de Profissionais Disponibilidade da Rede Sociais na escola	Disponibilizar Educadores e equipamentos	Não disponibilização dos educadores e não ter equipamentos para as atividades	Convencida que o uso responsável da difusão da imagem nas redes não vão gerar Bullying e cyberbullying no ambiente escolar
Sec. Comunicação	Organizacional Político Pessoal capacitado	Não ter profissionais suficientes para irem nas Disponibilidade da Rede Sociais na escola	Disponibilizar Profissionais Liberação da Rede de Internet	Não liberar técnicos Não ter rede de acesso e equipamentos como computadores	Convencer da importância das orientações feitas pela Secr. de Comunicação do uso correto e responsável da imagem na internet
Conselho Escolar	Capacidade de mobilizar	Dialogo com comunidade escolar sobre as boas práticas nas redes	Dialogando e participando das interações das redes sociais	Não apoiando a participação da comunidade escolar nas redes sociais	Convencer que o uso responsável da difusão da imagem nas redes não vão gerar Bullying e cyberbullying no ambiente escolar.

Ações dos Nós Críticos.

NC3 – Os/as educadoras não reconhecem como tarefa inerente ao trabalho docente, o manejo das diferenças individuais e dos problemas de violência contra meninas e jovens mulheres na escola.

A3. 1 Proporcionar formação continuada e permanente para os (as) educadores (as);

A3. 2 Incluir o debate de gênero nos projetos políticos pedagógicos escolares;

A3. 3 Fiscalizar a escolha dos livros didáticos e paradidáticos;

A3. 4 Incorporar ao currículo escolar os estudos de gênero e a violência sexista.

Painel 1 – Nó Crítico 3

Nó Crítico	Ações	Resultados das ações
<p>NC3</p> <p>Os/as educadoras não reconhecem como tarefa inerente ao trabalho docente, o manejo das diferenças individuais e dos problemas de violência contra meninas e jovens mulheres na escola.</p>	<p>A3.1 Proporcionar formação continuada e permanente para os (as) educadores (as);</p> <p>A3.2 Incluir o debate de gênero nos projetos políticos pedagógicos escolares;</p> <p>A3.3 Fiscalizar a escolha dos livros didáticos e paradidáticos;</p> <p>A3.4 Incorporar ao currículo escolar os estudos de gênero e violência sexista.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do conhecimento sobre os conceitos das relações de gênero com 750 educadores (as) capacitados. - Despertar o olhar crítico e reflexivo sobre as relações de gênero e as práticas escolares. - Realização de leituras críticas dos livros didáticos. - Promoção de uma prática escolar na perspectiva de gênero. - Facilitação na interação de ambos os sexos nas atividades escolares. - Redução da violência contra meninas e jovens mulheres nas escolas. - 100% das escolas de rede municipal de ensino com a inclusão dos estudos de gênero e violência sexista no currículo.

PAINEL 2 – PLANO DE AÇÃO

NC nº 3: Os/as educadoras não reconhecem como tarefa inerente ao trabalho docente, o manejo das diferenças individuais e dos problemas de violência contra meninas e jovens mulheres na escola.

AÇÃO	TAREFAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PRAZOS	RESPONSÁVEL
A 3.1 - Proporcionar formação continuada e permanente para os (as) educadores (as)	<p>3.1.1 - Formar educadores (as) da educação básica municipal na temática de gênero e violência sexista.</p> <p>3.1.2 – Organizar Núcleos de Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismos nas escolas.</p> <p>3.1.3 – Atuar em diálogo com a comunidade para compreender as necessidades locais.</p>	<p>- Político</p> <p>- Financeiro</p> <p>- Pessoal capacitado</p>	1 ano	<p>Secr. Educação</p> <p>Secr. Planejamento</p> <p>Coord. da Mulher</p> <p>Conselho Escolar</p>
A 3.2 - Incluir o debate de gênero nos projetos políticos pedagógicos escolares	<p>3.2.1 – Realizar reunião com coordenadores pedagógicos das escolas.</p> <p>3.2.2 – Implementar reuniões pedagógicas coletivas semanais nas escolas municipais.</p> <p>3.2.3 – Inserir nos projetos políticos pedagógicos temas relacionados aos direitos reprodutivos, à autonomia das mulheres sobre seus corpos, à mercantilização do corpo das mulheres, à sexualidade e à violência sexista.</p>	<p>- Político</p> <p>-Pessoal capacitado</p>	6 meses	<p>Secr. Educação</p> <p>Coord. da Mulher</p>

<p>A 3.3 - Fiscalizar a escolha dos livros didáticos e paradidáticos</p>	<p>3. 3. 1 – Criar catálogo digital de materiais didáticos e paradidáticos com ênfase na perspectiva de gênero e diversidade.</p> <p>3. 3. 2 – Grupo de Trabalho para análise dos materiais didáticos e paradidáticos.</p>	<p>- Político - Pessoal capacitado -Organizacionais</p>	<p>6 meses</p>	<p>Secr. Educação Secr. Comunicação Coord. Mulher</p>
<p>A 3.4 - Incorporar ao currículo escolar os estudos de gênero e a violência sexista.</p>	<p>3. 4. 1 - Dar visibilidade às lutas das mulheres na história, ao combate à pobreza, às injustiças sociais e à participação política nos espaços de poder, das representações de gênero e de suas lutas específicas no passado e no presente.</p> <p>3.4.2 - Inserir no Calendário Escolar os 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher e estimular a intensa participação da comunidade escolar.</p>	<p>- Político - Pessoal capacitado</p>	<p>6 meses</p>	<p>Secr. Educação Coord. Mulher</p>

Painel 3 - Análise de Atores

Ação 3.1 - Proporcionar formação continuada e permanente para os (as) educadores (as).

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidade	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este ator?
Secr. Educação	Político Organizacional Pessoal capacitado	Demora na mobilização dos (das) educadores (as).	Motivando os (as) educadores (as) para participarem das atividades de formação. Disponibilizar espaços escolares para a organização Núcleos de Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismos.	Número pequeno de pessoal capacitado.	Coordenação da ação junto com outros atores.
Secr. Planejamento	Financeiros	Morosidade burocrática	Realização das licitações Cronograma financeiro	Morosidade na liberação orçamentária.	Coordenador do planejamento financeiro.
Coordenadoria da Mulher	Político Pessoal capacitado	Número pequeno de pessoal capacitado.	Organização da abordagem política.	Poucos dados sobre a realidade escolar do município.	Coordenação da ação junto com outros atores.
Conselho Escolar	Cognitivo	Resistência ao desenvolvimento da temática na escola.	Mobilização da comunidade escolar.	Ausência de pessoal capacitado.	Participante

--	--	--	--	--	--

Ação 3.2 Incluir o debate de gênero nos projetos políticos pedagógicos escolares.

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidade	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este ator?
Secr. Educação	Político Organizacional Pessoal capacitado	Período curto para efetivação em todas as escolas da rede municipal.	Realizar as reuniões com coordenadores pedagógicos. Orientar as reuniões pedagógicas semanais nas escolas.	Disponibilizar poucos recursos humanos.	Coordenador da ação.
Coordenadoria da Mulher	Político Pessoal capacitado	Número pequeno de pessoal capacitado.	Organização da abordagem política.	Número pequeno de pessoal capacitado.	Parceira

Ação 3.3 Fiscalizar a escolha dos livros didáticos e paradidáticos.

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidade	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este ator?
Secr. Educação	Político Organizacional Pessoal capacitado	Não é a responsável pela produção de materiais didáticos.	Análise dos materiais didáticos. Constituição do Grupo de trabalho.	Morosidade na análise dos materiais didáticos.	Coordenação junto com outros atores.
Secr. Comunicação	Pessoal Capacitado	Baixa velocidade da internet nas escolas.	Criação do catálogo digital.	Demora em colocar o catálogo digital no ar.	Coordenação junto com outros atores.
Coord. Mulher	Político Pessoal Capacitado	Não é a responsável pela produção de materiais didáticos.	Participação no grupo de trabalho para análise dos materiais didáticos e paradidáticos.	Morosidade na análise dos materiais didáticos.	Coordenação junto com outros atores.

Ação 3.4 Incorporar ao currículo escolar os estudos de gênero e a violência sexista.

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidade	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este ator?
Secr. Educação	Político Pessoal Capacitado Tempo	Tempo curto	Tornar os currículos escolares comprometidos com os estudos de gênero.	Impondo formas de currículos sem dialogar com as escolas e educadores (as).	Coordenação junto com outros atores.
Coord. Mulheres	Político Pessoal Capacitado	Sintetizar os elementos mais centrais de abordagem da temática de gênero.	Dar visibilidade da perspectiva de gênero nos currículos escolares do município	Abordar muitos assuntos sem focar em um eixo estruturante.	Coordenação junto com outros atores.

Painel 4 – Análise de Riscos e Fragilidades

Perguntas orientadoras	Análise da equipe
<p>As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sim! - A não realização das ações pode contribuir para o aumento da violência contra meninas e jovens mulheres nos ambientes escolares. Este efeito além de indesejável poderá acarretar em abandono e ou mau desempenho escolar. - Efeitos sociais indesejáveis na comunidade escolar e na vida da jovem pelo uso indevido da sua imagem nas redes sociais.
<p>Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sim! - Alguns aspectos técnicos podem causar efeito negativo, como por exemplo, a baixa velocidade da internet pode contribuir para a lentidão nos <i>downloads</i> do catálogo digital de materiais didáticos que tratam da perspectiva de gênero. - A demora em realizar as formações em gênero pode contribuir para a desmobilização dos e das educadoras. - A falta de sensibilidade dos gestores municipais e comunidade escolar em não acabar com as práticas discriminatórias que ainda se perpetuam na nossa sociedade, podem ainda contribuir para o aumento da violência nas escolas.

	<ul style="list-style-type: none"> - A falta de capacitação para educadores (as) e funcionários (as) no tema. E a prática de ações que reproduzem graves violações e que não geram igualdade e respeito ao outro, resultando em efeitos negativos. - A falta de capacitação dos educadores (as) e alunos (as) sobre o uso correto da imagem nas redes sociais. - A falta da atualização da atual lei que regulamenta o uso correto da imagem na internet.
<p>Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O principal ponto fraco do projeto é a incorporação da perspectiva de gênero nos projetos políticos pedagógicos. Deve-se investir intensamente na formação dos e das educadoras para que possam compreender a importância de uma gestão escolar comprometida com a perspectiva de gênero e o fim da violência sexista. - Sessar o alto índice de violência contra as meninas na escola municipais. E as ações dentro da escola que terminem com a violência sexista. - A falta de conscientização dos alunos (as) dos perigos da exposição da imagem nas redes sociais, aumentando a violência e a desigualdade de gênero na escola. - Troca de informações sobre o uso responsável e correto da difusão da imagem vai contribuir para que as alunas não sofram <i>Bullying</i> e <i>cyberbullying</i> nas redes e no ambiente escolar. - Propor uma emenda popular para a atualização da regulamentação da lei, através de recolhimento de assinaturas onde envolverá os educadores (as), alunos (as) e a comunidade em geral das distorções da lei.

<p>O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compromisso político do gestor com a pauta de gênero e o fim da violência contra mulher, bem como criar um ambiente positivo de financiamento de todas as ações e de ampliação de pessoal capacitado na Secretaria de Educação e na Coordenadoria da Mulher. - Disponibilidade de tempo, ações, práticas dos atores envolvidos. - Oportunizar que os atores trabalhem em rede para diminuir o alto índice de violência contra meninas e jovens mulheres nas escolas municipais.
<p>Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?</p>	<p>Sim! Mas, se houver morosidade, pode acarretar em dificuldades de efetivação.</p>

4. Considerações Finais:

Este trabalho nos permitiu constatar os motivos do alto índice de violência contra meninas e jovens mulheres nas escolas municipais e percebê-lo como um problema sério pela Secretaria Municipal de Educação de Alvorada.

Buscamos conhecer as principais causas deste problema e verificamos que os papéis diferentes atribuídos aos meninos e meninas na escola, a difusão de imagem nas redes sociais de forma negativa e não autorizada, bem como os (as) educadores (as) não reconhecerem como tarefa inerente ao trabalho docente, o manejo das diferenças individuais e dos problemas de violência contra meninas e jovens mulheres na escola se constituíram como as principais razões para o aumento do índice de violência contra as mulheres nas escolas.

Foi observado que o espaço escolar ainda é responsável, em grande medida, pela reprodução de práticas discriminatórias que dominam e subordinam as meninas em relação aos meninos, promovendo a perpetuação de um modelo cultural baseado na supremacia masculina e capaz de produzir desigualdade e violência. Além disto, observamos que a ausência de trabalho pedagógico nas escolas com foco na perspectiva de gênero contribui para a manutenção de uma educação sexista que afasta as meninas e jovens mulheres da conquista da sua autonomia de vida e do direito de viver uma vida sem violência.

Neste sentido, acreditamos no papel transformador da educação e na escola como um espaço estratégico para promoção da igualdade e autonomia das meninas e jovens mulheres. Para isto, incorporar o debate de gênero nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas é fundamental, assim como, realizar campanhas pelo fim da violência contra as mulheres, criação de instrumentos que forneçam recursos e mecanismos para uma boa convivência escolar. Além, da intensa participação dos (as) alunos (as) nos 16 dias de Ativismo, calendário de combate à violência contra a mulher e implementação do Observatório para identificação e orientação sobre violência sexista e uma educação fundada na igualdade e no respeito.

Acreditamos que, com essas atividades desenvolvidas dentro da escola, possamos trabalhar em rede com os (as) aluno (as), comunidade escolar e educadores (as), proporcionando um ambiente de trocas de experiências e diminuição da violência. Sempre primando pela participação democrática, comprometida e responsável de todas e todos.

“Ao mesmo tempo, sabemos que as pessoas que passam por processos educativos, em particular pelo sistema escolar, exercem melhor sua cidadania, pois tem melhores condições de realizar e defender os outros direitos humanos, Haddad, 2017, p. 01)”.

5. Referencias Bibliográficos:

Prefeitura e Secretaria de Educação de São Paulo – **Gênero e Educação** – 2003, São Paulo.

Programa Pró - Equidade de Gênero e Raça – **Práticas de Igualdade** – 2014, Brasília.

Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Rio Grande do Sul – **Manual para o uso não Sexista da Linguagem** – 2014, Porto Alegre, RS.

Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Rio Grande do Sul – **Cartilha da Diversidade de Gênero “Direitos Iguais nas Diferenças”** - 2014, Porto Alegre, RS.

Núcleo de Estudos da Mulher e Políticas Públicas - Área do Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM – **Introdução ao Planejamento para o Gênero: Um Guia Prático** – 1997, Rio de Janeiro – RS

Ministério da Educação e Cultura - **Gênero, Diversidade Sexual e Educação: Conceituação e Práticas de Direito e Políticas Públicas** - Ivanilda Matias Gentle, Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Valéria Maria Gomes Guimarães –2008 - João Pessoa – Editora Universitária da UFPB.

Revista Escola Abril - **O perigo da exposição nas redes sociais/sexualidade na educação** –2013 – São Paulo

Enciclopédia Biosfera- Centro Científico Conhecer – **Práticas Sexistas na Educação Infantil: Uma Questão de Gênero** – Patricia de Jesus Santos e Edmacy Quirina Souza - Goiânia, vol.6, N.11;2010

Guia Infantil - **Trabalho infantil no Brasil** – guianova.com

Nova Escola - escola pode intensificar o seu papel - novaescola.org.br/formação/escola.